

PIOTR KROPOTKIN

SOBRE

Anarquismo

Piotr Kropotkin (1842-1921), príncipe, soldado e geógrafo russo, renunciou aos 19 anos de idade tanto à sua posição social como a uma carreira científica excepcionalmente promissora, para se tornar um proscrito, em nome da justiça social. Como principal teórico do "comunismo anarquista", Kropotkin esteve na linha de frente do amplo movimento sócio-político que manteve em permanente agitação a Europa da última parte do século XIX e dos primeiros anos do século XX.

Desde a época da nona edição (1875-1889), Kropotkin contribuiu com grande número de artigos para a *Britânica*, sobretudo em assuntos de geografia e topografia asiática (ao que parece, alguns dos primeiros foram enviados de sua prisão na França). Para a 11ª edição (1910-1911), ele escreveu o artigo "Anarquismo", deslindo em grandes linhas os princípios políticos que tinham motivado sua difícil carreira e traçando a história dos mesmos. (R.McH.)

Os extratos que se seguem são dos trechos de abertura e conclusão do artigo. A parte intermédia é sobretudo histórica. Talvez interesse ao leitor comparar o ensaio de Kropotkin com o excelente artigo "Anarquismo", de George Woodcock, publicado na 15ª edição.

Anarquismo (do grego *an-* e *árchē*, contrário à autoridade), nome dado a um princípio, ou teoria de vida e conduta, pelo qual a sociedade é concebida sem governo. Numa tal sociedade, a harmonia seria obtida não pela submissão às leis ou pela obediência a qualquer autoridade, mas por livres acordos firmados entre os vários grupos, regionais e profissionais, livremente constituídos no interesse da produção e do consumo, bem como para

a satisfação da infinita variedade de necessidades de um ser civilizado. Nessa sociedade desenvolvida nessas linhas, as associações voluntárias que desde agora começam a abranger todos os campos da atividade humana assumiram uma extensão ainda maior, de modo a substituírem o Estado em todas as suas funções. Elas representariam uma rede cerrada, composta de uma infinita variedade de grupos e confederações de todos os tamanhos e graus, locais, regionais, nacionais e internacionais — temporários ou mais ou menos permanentes — para todos os propósitos possíveis: produção, consumo e troca, comunicações, medidas de saneamento, educação, proteção mútua, defesa do território, e assim por diante; e, por outro lado, para a satisfação do mero sempre crescente de necessidades científicas, artísticas, literárias e sociais. Além disso, essa sociedade não apresentaria nada de imutável. Ao contrário — como se observa na vida orgânica em geral —, a harmonia dela resultaria (afirma-se) de um ajuste e reajuste, sempre em mudança, do equilíbrio entre as múltiplas formas e influências. Esse ajuste poderia ser mais facilmente obtido porquanto nenhuma das forças gozaria de proteção especial do Estado.

Afirma-se que, se a sociedade fosse organizada segundo estes princípios, o homem não ficaria limitado, no livre exercício de suas capacidades no trabalho produtivo, por um monopólio capitalista mantido pelo Estado; nem ficaria limitado, no exercício de sua vontade, pelo temor da punição ou pela obediência a indivíduos ou entidades metafísicas, que conduzem ambos ao abastamento da iniciativa e ao servilismo da mente. Seria guiado em suas ações por seu próprio entendimento, que necessariamente teria o cunho de uma livre ação e reação entre seu próprio eu e os conceitos éticos do seu ambiente. O homem teria então condições de obter o pleno desenvolvimento de todas as suas faculdades intelectuais, artísticas e morais, sem ser tolhido por trabalho excessivo para os monopolistas, ou pelo servilismo e inércia mentais da maioria. Ele seria então capaz de alcançar a plena individualização, o que não é possível nem sob o atual sistema de *individualismo*, nem sob qualquer sistema de socialismo de Estado no chamado *Volkstaat* (Estado popular).

Ademais, os autores anarquistas consideram que sua concepção não é uma utopia, construída pelo método *a priori*, após a adoção de alguns postulados. Ela deriva, sustentam eles, de uma análise de *tendências* que já estão em ação, ainda que o socialismo de Estado possa encontrar uma acolhida temporária junto aos reformadores. O avanço das técnicas modernas, que simplifica maravilhosamente a produção de tudo que é necessário à vida, o crescente espírito de independência, e a rápida difusão da livre iniciativa e do livre entendimento em todos os ramos de atividade — entre os quais aqueles outrora

considerados atribuição própria da Igreja ou do Estado — vêm reforçando com constância a tendência ao não-governo.

Quanto às suas concepções econômicas, os anarquistas — em comum com os socialistas, dos quais constituem a ala esquerda — defendem que o sistema atualmente reinante de propriedade privada da terra, e nossa produção capitalista voltada para os lucros, representam um monopólio que entra em choque tanto com os princípios da justiça como com os ditames da utilidade. Eles constituem o principal obstáculo a impedir que os bons resultados das técnicas modernas sejam postos a serviço de todos, de modo a produzir o bem-estar geral. Segundo os anarquistas, o sistema de salários e a produção capitalista formam conjuntamente um obstáculo ao progresso. Mas assinalam também que o Estado foi, e continua sendo, o principal instrumento para permitir que poucos monopolizem a terra e que os capitalistas se apropriem de uma parcela extremamente desproporcional do excedente de produção anualmente acumulado. Em conseqüência, ao mesmo tempo que combatem a atual monopolização da terra, os anarquistas combatem com a mesma energia o Estado, principal esteio desse sistema. Não esta ou aquela forma especial, mas todo e qualquer Estado, seja ele uma monarquia ou mesmo uma república governada por meio do referendo.

Uma vez que a organização do Estado sempre foi, tanto na história moderna quanto na antiga (Império macedônio, Império romano, Estados europeus modernos surgidos das ruínas das cidades autônomas), o instrumento para a implantação de monopólios em favor das minorias dominantes, não é possível fazê-la trabalhar para a destruição desses monopólios. Os anarquistas consideram, portanto, que entregar ao Estado todas as principais fontes da vida econômica — a terra, as minas, as ferrovias, os bancos, o sistema de seguridade e assim por diante —, bem como a administração de todos os principais ramos da indústria, além de todas as funções já acumuladas em suas mãos (educação, religiões apoiadas pelo Estado, defesa do território etc), significaria criar um novo instrumento de tirania. O capitalismo de Estado só viria a aumentar os poderes da burocracia e do capitalismo. O verdadeiro progresso está no rumo da descentralização, tanto territorial como funcional, no desenvolvimento do espírito de iniciativa local e pessoal, e da livre federação que caminha do simples para o complexo, em lugar da atual hierarquia do centro para a periferia.

Em comum com a maioria dos socialistas, os anarquistas reconhecem que, como toda evolução na natureza, a lenta evolução da sociedade é seguida ocasionalmente de períodos de evolução acelerada que são chamados de revoluções; e pensam que a era das revoluções ainda não se encerrou. Períodos de rápidas mudanças se seguirão aos períodos de evolução lenta, e é preciso tirar

proveito deles — não para aumentar e ampliar os poderes do Estado, mas para reduzi-los através da organização, em todo distrito ou comuna, dos grupos locais de produtores e consumidores, como também das federações regionais e, finalmente, internacionais desses grupos.

Em virtude dos princípios acima, os anarquistas se recusam a fazer parte da atual organização do Estado e a apoiá-la infundido-lhe sangue novo. Não procuram constituir partidos políticos nos parlamentos e convidam os trabalhadores a não fazê-lo. Assim, desde a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864-1866, empenharam-se em promover suas idéias diretamente entre as organizações operárias e induzir essas uniões a uma luta direta contra o capital, sem depositar sua fé em legislação parlamentar...

Como seguidor da tendência anarquista-comunista, o presente autor de-
dicou-se durante muitos anos ao desenvolvimento das seguintes idéias: mostrar a relação íntima, lógica, que existe entre a filosofia moderna das ciências naturais e o anarquismo; fundar o anarquismo numa base científica pelo estudo das tendências que se manifestam atualmente na sociedade e que podem indicar sua evolução futura; elaborar as bases da ética anarquista. Com relação à essência do próprio anarquismo, o objetivo de Kropotkin foi provar que o comunismo — pelo menos parcial — tem mais chances de ser implantado do que o coletivismo, especialmente em comunas que assumam a liderança, e que o livre comunismo, ou anarquismo-comunismo, é a única forma de comunismo que tem alguma possibilidade de aceitação em sociedades civilizadas; comunismo e anarquismo são, portanto, dois ciclos de evolução que se completam mutuamente, um tomando o outro possível e aceitável. Procurou, ademais, indicar de que modo, durante um período revolucionário, uma grande cidade — se seus habitantes tivessem aceito a idéia — poderia se organizar nas linhas do livre comunismo; a cidade assegurando a todo habitante moradia, alimentação e vestuário numa medida correspondente ao consumo atualmente acessível apenas às classes médias, em troca de meia jornada, ou cinco horas de trabalho; e de que modo todas aquelas coisas que seriam consideradas luxo poderiam ser obtidas por todas as pessoas, desde que elas, na outra metade do dia, se ligassem aos mais variados tipos de livre associação, voltados para todas as finalidades possíveis: educacionais, literárias, científicas, artísticas, esportivas, e assim por diante. Para provar a primeira destas afirmações, ele analisou as possibilidades do trabalho agrícola e industrial, sendo ambos combinados ao trabalho cerebral. E para elucidar os principais fatores da evolução humana, analisou o papel desempenhado na história pelas agências construtivas populares de auxílio mútuo e o papel histórico do Estado.

Embora não se denominasse anarquista, Leão Tolstói — como aqueles que precederam nos movimentos religiosos populares dos séculos XV e XVI, Chojacki, Denk e muitos outros — adotou a posição anarquista com relação ao Estado e aos direitos de propriedade, extraindo sua conclusão do espírito geral dos ensinamentos de Cristo e dos ditames necessários da razão. Com toda a pujança de seu talento, fez (especialmente em *O reino de Deus está emre-
mido*) uma crítica enérgica e cabal à Igreja, ao Estado e ao direito, e especialmente às atuais leis de propriedade. Qualifica o Estado de “a dominação dos perversos”, apoiados pela força bruta. Assalantes, diz ele, são muito menos perigosos que um governo bem organizado. Faz uma crítica penetrante dos preconceitos correntes hoje em dia com relação aos benefícios propiciados aos homens pela Igreja, o Estado e a distribuição existente da propriedade, e deduz dos ensinamentos de Cristo a regra da não-resistência e da condenação absoluta de todas as guerras. Os argumentos religiosos de Tolstói, no entanto, se combinam tão bem com argumentos extraídos de uma observação desapassionada dos males atuais, que as porções anarquistas de suas obras atraem igualmente o leitor religioso e o não-religioso.